

# SUICÍDIO E POPULAÇÃO TRANSEXUAL E TRAVESTIS: O QUE LEVAM ESSAS PESSOAS A NÃO QUEREREM MAIS VIVER?

## SUICIDE AND THE TRANSEXUAL AND TRANSVESTITE POPULATION: WHAT MAKES THESE PEOPLE NOT WANT TO LIVE ANYMORE?

Gabriel Miranda<sup>1</sup>

Rafael dos Anjos<sup>2</sup>

Ricardo Silva<sup>3</sup>

Shirlei Lizak Zolfan<sup>4</sup>

**Resumo:** O suicídio é um fenômeno complexo, afetando mais de 800 mil pessoas por ano, de acordo com dados da OMS (2019). A comunidade transexual e travesti, apesar de avanços na luta por direitos e reconhecimento, sofre intensamente com estigma e discriminação, conforme apontado pela ABGLT (2014). Autores como Brosin e Tokarski (2017) destacam que a persistência do preconceito está profundamente enraizada na normalização da heterossexualidade, que exerce uma pressão constante sobre indivíduos que divergem desse padrão. Para a população transexual e travesti, o processo de retificação de nome e gênero pode ser especialmente desafiador, como observa Ribeiro (2001). Esse momento é frequentemente marcado por estresse, violência e a possibilidade de rejeição, fatores que podem levar a sérios problemas psicológicos, incluindo o suicídio. No entanto, observa-se uma lacuna importante na literatura acadêmica sobre a interrelação entre o suicídio e a população transexual e travesti, especialmente no contexto do estado de São Paulo. Diante dessa ausência de estudos mais aprofundados, surge a necessidade de investigar os fatores psicossociais que impactam diretamente a

---

1 Graduação em psicologia pelo Centro Universitário FAM

2 Graduação em psicologia pelo Centro Universitário FAM

3 Graduação em psicologia pelo Centro Universitário FAM

4 Professora de psicologia pelo Centro Universitário FAM



saúde mental dessa população, compreender as razões que as levam a optar pelo suicídio e destacar o papel fundamental dos psicólogos e do sistema de saúde pública nesse cenário.

**Palavras chaves:** suicídio, transexual, travesti, psicologia, políticas públicas, saúde mental, OMS.

**Abstract:** Suicide is a complex phenomenon affecting over 800,000 people annually, according to WHO data (2019). The transgender and travesti community, despite advancements in the struggle for rights and recognition, continues to suffer intensely from stigma and discrimination, as pointed out by ABGLT (2014). Authors such as Brosin and Tokarski (2017) highlight that the persistence of prejudice is deeply rooted in the normalization of heterosexuality, which exerts constant pressure on individuals who diverge from this standard. For the transgender and travesti population, the process of name and gender rectification can be particularly challenging, as noted by Ribeiro (2001). This moment is often marked by stress, violence, and the possibility of rejection—factors that can lead to serious psychological problems, including suicide. However, there is a significant gap in the academic literature regarding the interrelation between suicide and the transgender and travesti population, especially in the context of São Paulo. Given this absence of in-depth studies, there is a need to investigate the psychosocial factors that directly impact the mental health of this population, understand the reasons that lead them to consider suicide, and highlight the fundamental role of psychologists and public health systems in this context.

**Keywords:** suicide, transgender, travesti, psychology, public policies, mental health, WHO.

## METODOLOGIA

Adotou-se como método a revisão bibliográfica exploratória, com análise de dados qualitativos e quantitativos, para investigar a inter-relação entre o suicídio e a população transexual e travesti.



A revisão sistemática da literatura foi realizada em banco de dados especializados, como BDTD, Scielo e Periódicos CAPES, utilizando descritores como “suicídio”, “transexualidade”, “travesti” e “saúde mental”.

Inicialmente, foram identificados 39 artigos; após a aplicação de critérios de inclusão e exclusão, como relevância do tema e abordagem específica da população transexual e travestis, 12 artigos foram selecionados para análise e 27 artigos foram excluídos devido a enfoques inadequados ou desatualizados.

## **OBJETIVOS**

Analisar os fatores que impactam diretamente a saúde mental da população transexual e travesti e que podem contribuir com o suicídio.

Entender como essa população é atravessada pelo impacto do estigma e da discriminação.

Analisar o papel das psicólogas(os), saúde e políticas públicas no apoio a saúde mental de pessoas transexuais e travestis.

## **INTRODUÇÃO**

Apesar de avanços (ABGLT, 2014), a população transexual e travesti enfrentam estigmas e discriminações relacionadas a expressão de gênero, violência, criminalização etc., segundo a OMS (2019) mais de 800 mil pessoas cometem suicídio anualmente. O preconceito persiste por conta da padronização heteronormativa (Brosin e Tokarski, 2017).

Vergueiro (2015) aborda a hegemonia da heterossexualidade como base de poder na sociedade, enquanto Plummer (2020) e Oliveira e Carneiro (2019) discutem a discriminação e exclusão enfrentadas pelas pessoas transexuais e travestis. O suicídio é complexo e multifacetado, influenciado por fatores individuais e sociais ao longo da história (Porto; Delzियो; Queiroz, 2019). Pereira (2013)



relata estudo realizado na Universidade Columbia, nos Estados Unidos da América, segundo o qual adolescentes homossexuais com idade variando entre 13 e 17 anos são cinco vezes mais propensos a tentar suicídio em comparação com jovens heterossexuais nessa faixa de idade. A transfobia é identificada como um problema social contemporâneo que requer intervenção. Levando todos esses dados em consideração entendemos que não há grandes estudos aprofundados que interrelacionem a questão do suicídio com a população transexual e travestis, destacando a vulnerabilidade dessa população, e com isso entendemos a necessidade de nos aprofundar nessa temática sob o recorte dessas pessoas no estado de São Paulo.

## **DISCUSSÃO E RESULTADOS**

### **TRANSEXUALIDADE: DEFINIÇÃO E DESAFIOS**

A identidade de gênero, definida como a experiência interna e individual de ser homem, mulher ou outra, desempenha um papel central na construção da saúde mental dos indivíduos. Quando essa identidade não está alinhada com o sexo biológico, surge um cenário de desconexão que pode gerar profundos impactos psicológicos, especialmente em sociedades onde a diversidade de gênero ainda enfrenta resistência e discriminação. Para a população transexual, essa incongruência entre sexo biológico e identidade de gênero é o ponto central da sua existência, e a busca por reconhecimento, aceitação e adequação corporal é parte essencial do processo de afirmação de gênero.

A transexualidade é caracterizada pela incongruência entre o sexo biológico e a identidade de gênero do indivíduo, onde pessoas transexuais buscam, frequentemente, adequar suas características físicas através de intervenções médicas, como o uso de hormônios e cirurgias de redesignação sexual, além de mudanças legais de nome e gênero. Essas intervenções visam alinhar sua identidade de gênero com a sua expressão corporal, garantindo-lhes uma vida mais coerente com o seu senso de identidade (GOMES et al., 2018; MONTENEGRO; REZENDE, 2018). O reconhecimento e o tratamento dessa população envolvem o respeito à sua identidade de gênero e demandam cuidados



multidisciplinares especializados que levem em consideração tanto a saúde física quanto a mental, conforme estabelece a Resolução nº 2.265/2019 do Conselho Federal de Medicina (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019).

O termo “transexual” foi cunhado pelo endocrinologista Harry Benjamin em 1953 para descrever pessoas que, apesar de não apresentarem anomalias genitais, desejavam modificar seu sexo biológico para alinhar sua aparência com sua identidade de gênero (Azeem et al., 2019; Yarns et al., 2016). Ao longo dos anos, a sociedade tem demonstrado progressos no entendimento da transexualidade, mas as pessoas transexuais continuam enfrentando barreiras significativas no que diz respeito ao acesso a direitos básicos, como o uso do nome social, a alteração de documentos legais e o acesso a serviços de saúde, educação e emprego formal.

Essa exclusão é intensificada pela violência e pela transfobia — a aversão ou discriminação contra pessoas transexuais. No Brasil, a população transexual e travesti é frequentemente vítima de agressões físicas e verbais, ameaças de morte e exclusão social. Essas violências estruturais limitam o direito dessas pessoas a usufruírem de sua identidade e, em muitos casos, as empurram para a marginalidade, como a prostituição, criando um ambiente de extrema vulnerabilidade social e psicológica (JESUS, 2013).

Conviver com o risco iminente de sofrer violência por simplesmente ser quem é contribui diretamente para o aumento dos índices de suicídio entre transexuais. Pessoas dessa comunidade frequentemente procuram serviços de saúde mental devido a problemas como insatisfação com sua genitália, a necessidade de serem tratadas de acordo com o gênero com o qual se identificam, além de enfrentarem descontentamento com o sexo biológico e a não aceitação por parte da família

(SOUZA, 2015). As consequências dessa rejeição e marginalização incluem depressão, comportamentos suicidas, transtornos alimentares, automutilação e uma série de outros problemas psicológicos (MARCIA; Z Aidhaft; Murta, 2008).

A transexualidade, portanto, não envolve apenas a dimensão corporal, mas também psicológica e social. A falta de aceitação, o preconceito e a violência são fatores que intensificam a vul-



nerabilidade dessas pessoas, destacando a urgência de se promoverem políticas públicas e cuidados multidisciplinares que garantam a saúde física e mental da população transexual e travesti.

## **TRANSEXUALIDADE: CONTEXTO HISTÓRICO**

A história da transexualidade é marcada por um longo processo de invisibilidade, estigmatização e luta por reconhecimento. O termo “transexualidade” surgiu no século XX para descrever pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído ao nascer e buscam reafirmar sua identidade de gênero com sua expressão física. No entanto, há evidências históricas de indivíduos que transcenderam normas de gênero em diversas culturas. Durante o século XX, a transexualidade foi tratada como um transtorno psiquiátrico, sendo apenas em 2018 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) a retirou da categoria de “distúrbios mentais” e a reconheceu como uma condição relacionada à saúde sexual, refletindo avanços nas lutas dos movimentos transexuais. Essas lutas ganharam força nas décadas de 1960 e 1970, com a participação ativa de travestis e transexuais, especialmente figuras como Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. A década de 1990 trouxe avanços no reconhecimento legal da transexualidade, com alguns países permitindo mudanças de nome e gênero nos documentos oficiais.

## **A TRANSEXUALIDADE NO BRASIL**

No Brasil, a trajetória da população trans é marcada pela marginalização e estigmatização, frequentemente associada ao vínculo histórico entre travestis e prostituição, consequência da exclusão do mercado de trabalho formal. Nas décadas de 1970 e 1980, travestis eram alvos de repressão policial e violência. Somente a partir dos anos 2000 políticas públicas começaram a surgir, como a criação do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, que garantiu acesso à hormonização e cirurgias pelo SUS. A luta das pessoas transexuais no Brasil se estende em várias frentes,



desde o combate à violência e discriminação até a busca por inclusão e acesso a direitos fundamentais. Apesar dos avanços, o reconhecimento das identidades transexuais continua sendo um processo cercado de desafios, com altos índices de violência e exclusão social, reforçando a necessidade de políticas públicas urgentes.

## **SAÚDE MENTAL E IMPACTOS PSICOSSOCIAIS: RISCOS E INTERVENÇÕES**

A população transexual enfrenta desfechos negativos de saúde mental em índices muito superiores à população geral, com destaque para depressão, ideação suicida, uso de substâncias e tentativas de suicídio. No Brasil, a expectativa de vida das pessoas trans é de apenas 35 anos, com o suicídio sendo a segunda maior causa de mortes entre essa população. A marginalização, discriminação e violência são fatores que intensificam essa realidade. Estudos apontam que a visibilidade e o uso de banheiros conforme o gênero são fatores protetivos para essa população, e que a construção de redes de apoio, incluindo família, amigos e profissionais de saúde, é fundamental para a promoção da saúde mental. Contudo, a falta de capacitação de profissionais de saúde para lidar com as especificidades da população trans ainda perpetua a marginalização. Portanto, é crucial que intervenções psicossociais e terapias respeitem e valorizem a identidade de gênero, proporcionando um espaço seguro e inclusivo para a população transexual e travesti.

## **POLÍTICAS PÚBLICAS**

No Brasil, as políticas voltadas para a população trans ainda são insuficientes para garantir proteção e igualdade. O Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (SUS), embora seja uma conquista importante, não resolve completamente os problemas de acesso à saúde integral. Segundo Teixeira et al. (2018), as omissões na implementação de políticas que abordem as necessidades específicas dessa população, como educação inclusiva, empregabilidade e segurança pública, são evi-



dentos. A falta de programas de capacitação profissional e a persistência do preconceito no mercado de trabalho tornam a inserção dessa população no ambiente laboral extremamente difícil.

Além disso, Souza e Lima (2020) destacam que a ausência de uma abordagem intersetorial nas políticas públicas leva à marginalização e vulnerabilidade da população trans, aumentando os riscos de suicídio. A proteção dos direitos humanos e a promoção da saúde mental devem ser prioridades nas agendas governamentais, pois, sem essas proteções, muitas pessoas trans continuam vulneráveis a situações de violência e discriminação, fatores que elevam as taxas de ideação suicida.

Por fim, Barbosa e Koyama (2006) ressaltam que as políticas públicas precisam incluir mecanismos de apoio psicológico e social que considerem a singularidade das vivências da população trans, visando à promoção da saúde mental e bem-estar.

## **PROGRAMA TRANSCIDADANIA – SÃO PAULO/SP**

O Programa Transcidadania é uma iniciativa do governo do estado de São Paulo, criada em 2015, com o objetivo de promover a cidadania e a inclusão social da população trans. O programa visa oferecer apoio a pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social, especialmente aquelas que enfrentam dificuldades de acesso à educação, saúde e trabalho.

## **LEI E ESTRUTURA DO PROGRAMA**

O Programa Transcidadania foi instituído pela Lei nº 16.933, sancionada em 2018. Essa legislação estabelece a criação de ações voltadas para a inclusão da população trans, reconhecendo a necessidade de políticas públicas específicas que atendam às suas demandas.



## **OBJETIVOS PRINCIPAIS:**

- Oferecer formação profissional e inclusão no mercado de trabalho;
- Proporcionar acompanhamento psicológico e assistência social;
- Garantir acesso a serviços de saúde, respeitando a identidade de gênero;
- Promover a cidadania plena e combater a discriminação.

A criação do Programa Transcidadania é uma resposta às altas taxas de vulnerabilidade, discriminação e violência que a população trans enfrenta, incluindo a exclusão do mercado de trabalho e a marginalização social. A necessidade de uma política pública específica surgiu do reconhecimento das dificuldades enfrentadas por pessoas travestis e transexuais no Brasil, um país que, historicamente, apresenta altos índices de violência contra essa população.

O programa tem sido uma tentativa de garantir direitos e dignidade às pessoas trans. Desde sua implementação, o Transcidadania tem trabalhado para melhorar as condições de vida e promover a inclusão social, com programas de capacitação e oportunidades de emprego. Além disso, busca criar uma rede de apoio, oferecendo um espaço seguro e respeitoso para a população trans.

## **DESAFIOS**

Apesar dos avanços, o Programa Transcidadania ainda enfrenta desafios, como a necessidade de recursos adequados, a continuidade das políticas públicas e a resistência cultural à aceitação da população trans na sociedade. A luta por direitos e reconhecimento continua a ser uma parte crucial da agenda de ativismo e defesa dos direitos humanos no Brasil.

Essas informações fornecem uma visão geral do Programa Transcidadania e seu impacto na promoção da cidadania e inclusão da população trans em São Paulo.



## A REALIDADE DA POPULAÇÃO TRANSEXUAL E TRAVESTI: CONTEXTOS GLOBAIS

A população transexual e travesti enfrenta desafios alarmantes em diversos países, com elevados índices de discriminação, exclusão social, violência e suicídio. Nos Estados Unidos, uma pesquisa sobre discriminação contra pessoas trans revelou que 63% dos entrevistados enfrentaram maus tratos, abandono, perda de emprego, negação de atendimento em serviços de saúde e até violência física e sexual (Edwards et al., 2019). Esses fatores têm impacto direto na saúde mental dessa população. O National Center for Transgender Equality (2015) constatou que 40% das pessoas trans nos EUA relataram tentativas de suicídio, um número significativamente superior à média nacional, atribuído à discriminação e falta de apoio social.

Apesar desse cenário preocupante, iniciativas como a Trans Lifeline, que oferece suporte emocional e recursos específicos para a comunidade trans, evidenciam a importância de redes de apoio dedicadas. Além disso, a implementação de políticas públicas inclusivas tem mostrado impactos positivos na redução das taxas de suicídio e na melhoria da saúde mental dessa população.

No Brasil, a realidade também é alarmante. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em 2020 houve um aumento de 49% no número de assassinatos de pessoas trans em relação ao ano anterior, além de registros de tentativas de homicídio, suicídios e violações de direitos humanos (Benevides & Nogueira, 2020). A discriminação, a marginalização e a histórica associação de travestis com a prostituição agravam ainda mais a vulnerabilidade dessa população.

Estudos apontam que as taxas de suicídio entre pessoas trans no Brasil superam as de outros grupos marginalizados. A falta de políticas públicas eficazes, somada à exclusão social, contribui significativamente para essa realidade. No entanto, programas como o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais, criado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), têm desempenhado um papel crucial na promoção do acesso à saúde integral, representando um avanço importante no enfrentamento dessa questão.

Na Europa, a situação varia entre os países. Na Suécia, por exemplo, um estudo da Transgen-



der Europe (2016) evidenciou que a inclusão de políticas de saúde mental específicas para a população trans resultou em uma redução significativa na ideação suicida. Países nórdicos, em particular, têm se destacado na promoção de ambientes seguros e na educação sobre diversidade de gênero em escolas, estratégias eficazes para reduzir o estigma e promover a inclusão.

Esses paralelos entre EUA, Brasil e Europa mostram que, apesar das diferenças contextuais, o denominador comum para a redução das taxas de suicídio e melhoria da qualidade de vida entre a população transexual e travesti é a implementação de políticas públicas inclusivas e de suporte psicossocial. A prevenção do suicídio depende de uma abordagem multidisciplinar e de esforços contínuos para a criação de ambientes acolhedores, onde todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero, possam viver com dignidade e saúde mental adequada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A prevenção e o cuidado à população transexual e travesti exigem uma abordagem multidisciplinar e multiprofissional que una diversas áreas do conhecimento. Profissionais de psicologia, assistência social, educação e saúde pública devem colaborar de forma integrada para atender às complexas necessidades dessa população, que incluem não apenas questões de saúde, mas também aspectos sociais e psicológicos. A construção de um ambiente de acolhimento é fundamental; isso pode ser alcançado por meio da criação de espaços seguros em escolas, clínicas e ambientes de trabalho, onde a identidade de gênero e a orientação sexual não sejam barreiras para o acesso a direitos e cuidados de saúde.

Além disso, a formação de equipes de profissionais sensíveis às questões de gênero é crucial. Isso implica capacitar profissionais da saúde e da educação para lidar adequadamente com as especificidades da população transexual e travesti, reconhecendo o impacto do preconceito e da discriminação no bem-estar psicológico. Souza e Silva (2020) destacam que uma abordagem que inclua a participação ativa da população transexual e travesti na construção de políticas e práticas pode ser



mais eficaz, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas.

Programas de capacitação profissional e inclusão social são essenciais para fortalecer a autoestima e o bem-estar mental da população transexual e travesti. A promoção de iniciativas que incentivem a inserção no mercado de trabalho, bem como a oferta de serviços de saúde mental adequados, contribui para a prevenção do suicídio e melhora a qualidade de vida desses indivíduos. Segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019), a formação de redes de apoio e a promoção de campanhas de sensibilização são estratégias que podem diminuir o estigma e promover uma cultura de respeito e aceitação.

Embora algumas iniciativas, como o Programa Transcidadania, tenham sido desenvolvidas para ajudar a população trans, muitos desafios permanecem. A criação de oportunidades de emprego dignas, políticas de educação inclusiva e ações contra a discriminação no ambiente de trabalho são essenciais para reduzir a dependência da prostituição. A implementação de políticas públicas que garantam direitos e segurança para a população trans é crucial para mudar a narrativa que a marginaliza.

As variáveis que envolvem o suicídio da população transexual e travesti transcendem questões biológicas, sexuais ou cirúrgicas. Aspectos socioemocionais, como a não aceitação do próprio corpo, dificuldades na descoberta da identidade sexual, problemas de aceitação familiar, automutilação, transfobia social e baixa autoestima situacional, desempenham papéis significativos na vulnerabilidade dessa população. A rejeição e o desconhecimento da própria transexualidade também contribuem para o risco elevado de suicídio entre pessoas trans e travestis.

Diante desse contexto, é essencial promover novos estudos que desmistifiquem a transexualidade e criem estratégias para reduzir o estigma e o preconceito enfrentados por essa população, garantindo seus direitos humanos. A promoção de ações em níveis individuais e sociais voltadas para a redução do preconceito e do estigma é fundamental, assim como a implementação de cuidados afirmativos que respeitem e validem a identidade trans.

É importante destacar que a saúde das pessoas trans não deve ser limitada aos procedimentos relativos à afirmação de gênero, mas deve incluir uma abordagem ampla de saúde mental. As



políticas públicas voltadas à população trans são fundamentais não apenas para reduzir o preconceito, mas também para oferecer suporte em saúde mental. O cuidado com o processo de afirmação de gênero é uma parte crucial, mas não o único foco no atendimento integral à população trans (Ferrari, Deyse; Branco, Eduardo; Toledo, Luís Guilherme; Molina, Ludgleydson Fernandes, 2021).

Dessa forma, sugere-se a realização de pesquisas nacionais e internacionais que enfoquem a criação de políticas públicas inclusivas, visando proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas trans, além de promover uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Nascimento de; MÁXIMO, Matheus. Aspectos socioemocionais envolvidos na transexualidade: um estudo de caso. 2021. Disponível em: [https://www.rbsh.org.br/revista\\_sbrash/article/view/638](https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/638)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Prevenção do suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: Organização Mundial de Saúde, Departamento de Saúde Mental, 2000. Disponível em: [https://www.who.int/mental\\_health/prevention/suicide/en/suicideprev\\_phc\\_port.pdf](https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_phc_port.pdf).

FERRARI, Deyse; BRANCO, Eduardo; TOLEDO, Luís Guilherme; MOLINA, Ludgleydson Fernandes. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 9, p. 3853-3864, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9jjxfFmdYWBjWQD5Xc5kZVf/?lang=pt>.

BORGES, L. M.; SILVA, T. R.; OLIVEIRA, R. A. Impacto da discriminação na saúde mental de pessoas transexuais. *Revista Brasileira de Psicologia e Saúde*, v. 3, n. 2, p. 123-130, 2020.

GOMES, Hiago Veras; JESUS, Lorena Alves de; SILVA, Carline Pacheco Gomes da; FREIRE, Sandra Elisa de Assis; ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de. Suicídio e população trans: uma revisão de escopo. *Ciencias Psicológicas*, v. 15, n. 2, p. e-2501, 2021. Disponível em: <https://revistas.ucu.edu.uy/index.php/cienciaspsicologicas/article/view/2501/2526>.



OLIVEIRA, L. C.; NOGUEIRA, C. Suicídio e pessoas trans: Reflexões sobre a prevenção e o papel do psicólogo. *Revista Brasileira de Psicologia*, 31(1), 120134, 2016.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: um estudo sociológico*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TEIXEIRA, M. A.; SOUZA, J. M.; SILVA, T. A. Políticas de saúde e o acesso à saúde integral da população trans. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 34(3), 423-435, 2018.

WHO. *International Classification of Diseases 11th Revision (ICD11)*. 2018. Disponível em: [https://www.who.int/news/item/18-06-2018-whoreleases-new-international-classification-of-diseases-\(icd-11\)](https://www.who.int/news/item/18-06-2018-whoreleases-new-international-classification-of-diseases-(icd-11))

SOUZA, Leandro Colling. *Transexualidade e sociedade: uma análise das trajetórias históricas, médicas e sociais das pessoas trans*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

SILVA, J. A. Impactos da saúde mental na população trans. *Brazilian Journal of Health Research*, v. 5, n. 2, p. 123-134, jun. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/52274/39074>

OLIVEIRA, R. A.; SILVA, T. R. Incidência de Ideação Suicida (IS) e principais fatores associados entre a população trans – revisão de literatura. *Brazilian Journal of Health Research*, v. 4, n. 1, p. 56-70, jan. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/52274/39074>

